

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. 2015. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Cosac Naify.

Pedro Peixoto Ferreira
Unicamp

Ler Eduardo Viveiros de Castro não é apenas ler um dos principais antropólogos contemporâneos, mas também, via de regra, embarcar numa intensa experiência intelectual. Com *Metafísicas canibais* (MC) não é diferente. O livro apresenta o resultado de um cruzamento explosivo de três forças: a antropologia estrutural de Claude Lévi-Strauss, a filosofia da diferença de Gilles Deleuze e Félix Guattari e um vasto, mas criterioso, corpus etnográfico ameríndio. Em síntese, a proposta do livro é “levar a sério” (: 227) ideias e concepções ameríndias coletadas etnograficamente, o que significa não tratá-las como fantasias exóticas, mas como conceitos capazes de transformar nossas próprias ideias e concepções. Se Viveiros de Castro tem razão quando realiza que o interesse d’O *Pensamento Selvagem*, de Lévi-Strauss, está mais na nova imagem do “pensamento” proposta do que na eventual nova imagem (supostamente mais razoável) do “selvagem” dela derivada, é porque ele está também falando de MC: menos um livro sobre como os ameríndios pensam e filosofam, e mais um livro sobre como o pensamento ameríndio, respeitado antropológicamente e traduzido deleuze-guattarianamente, pode mudar nossa própria filosofia.

A proposta é ambiciosa, e estimulante, dado o cuidado e a competência com que é realizada. Ao final da leitura permanece, é verdade, certa impressão de que as ideias e concepções ameríndias coincidem perfeitamente demais com a filosofia da diferença deleuze-guattariana. Mas se, para Viveiros de Castro, “os índios são deleuzianos” (: 95), isto se deve à sua contagiante percepção de que “a filosofia de Deleuze e Guattari não emite um som oco quando se a percute com as ideias indígenas” (: 96). Questão de ressonância, portanto, “não se trata de afirmar a relatividade do verdadeiro, mas sim a verdade do relativo” (Viveiros de Castro 2002: 129; cf. Deleuze & Guattari 2000: 168). O fato é que Viveiros de Castro insemina seu livro num duplo devir: o “encontro entre um devir-deleuziano da etnologia americanista e certo devir-índio da filosofia de deleuze-guattari” (: 96). Ao leitor, cabe embarcar (ou não) na viagem.

Ontologia relacional

Se fosse preciso sintetizar MC em uma frase, uma boa candidata seria a primeira ocorrência da versão viveiros-de-castriana da inspirada tradução zourabichviliana da concepção deleuziana de diferença: “a diferença nunca é a mesma, o trajeto não é o mesmo nos dois sentidos” (: 124). Algumas páginas adiante, Viveiros de Castro retoma a fórmula quando fala da “interpressuposição” como “uma relação de implicação recíproca assimétrica”, deixando claro que “a pressuposição recíproca determina os dois polos de qualquer dualidade como igualmente necessários, visto que mutuamente condicionantes, mas não faz deles polos simétricos ou equipolentes” (: 129). É a disparidade de perspectivas dos termos sobre aquilo que os relaciona que faz dessa relação um tipo de “síntese disjuntiva”: “modo relacional que não tem a semelhança ou a identidade como causa (formal ou final), mas a divergência ou a distância” (: 119); “implicação recíproca assimétrica’ [...] entre os termos ou perspectivas ligados pela síntese, a qual não se resolve nem em equivalência nem em uma identidade superior” (: 120).

A ideia básica que Viveiros de Castro tenta trazer, do pensamento ameríndio para a antropologia, via filosofia da diferença (cf. : 127-128), é que toda relação – inclusive (ou principalmente) os grandes dualismos fundantes das ciências sociais modernas, i.e., natureza e cultura, indivíduo e sociedade, selvagens e civilizados etc. – deve ser entendida como se defasando em, pelo menos, outras duas relações: uma virtual-intensiva, na qual os termos se misturam e transformam mutuamente; outra atual-extensiva, na qual os termos se distinguem e se opõem claramente em suas autoidentidades. Esta multiplicação da dualidade pela sua virtualização corresponde à “teoria das multiplicidades”, que, segundo Viveiros de Castro, é “o tema deleuziano de maior repercussão na antropologia contemporânea” (: 114), em especial por seu efeito “liberador” da “prisão epistemológica onde a antropologia se acha encerrada”, fazendo passar uma “linha de fuga” por entre os grandes dualismos que a aprisionam: “muda a ideia do que é pensar, e do que é pensável; muda a ideia de quadro junto com o quadro das ideias” (: 115). Tal liberação não deve consistir, porém, na “armadilha circular” da mera negação ou contradição desses dualismos: “é preciso sair deles calculadamente, ou seja, pela tangente – por uma linha de fuga” (: 127).

É fazendo rizoma que se sai dos dualismos pela tangente (ou derivada), entendendo o “rizoma” como a “imagem concreta” de uma multiplicidade (: 115), “um sistema reticular acentrado formado por relações intensivas (‘devires’) entre singularidades heterogêneas que correspondem a individualizações extrassubstantivas, ou eventos (as ‘heceidades’); “um agenciamento de devires, um ‘entre’” (: 117). Sair dos dualismos pela tangente é multiplicá-los num movimento de diferenciação interna à relação que os une como díspares. Trata-se, efetivamente, de uma descolonização cognitivo-categórica, exigida pelas ideias de multiplicidade, rizoma, rede e devir. No plano intermediário da multiplicidade rizomática, não existem partes ou todos, apenas operações paralelas, concorrentes ou aliadas, de parcialização e totalização. Além disso, tais ideias exigem que se desenvolva uma nova ideia de relação, não mais baseada na semelhança ou na identidade, mas na diferença e na disparidade: “não são as relações que variam, são as variações que relacionam” (: 123).

Metafísica da predação

Esta leitura viveiros-de-castriana da filosofia de Deleuze e Guattari já me parece, por si só, extremamente valiosa como tradução antropológica de seus conceitos, capaz de estimular novas atitudes e questões nas ciências sociais. No entanto, é a interferência, a ressonância, entre a filosofia de Deleuze e Guattari e a “cosmopolítica ameríndia” (: 71, 202), que realmente define a proposta de MC como “a teoria/prática da descolonização permanente do pensamento” (: 20).

Não é difícil notar porque “[a] metafísica amazônica da predação”, com seus “estatutos relativos e relacionais de predador e presa”, “é um contexto pragmático e teórico altamente propício ao perspectivismo” (: 45). Em essência, ela assume a relação predador/presa como matriz para as relações “nós humanos/eles não-humanos”, transformando assim a diferença entre “nós humanos” e “eles não-humanos” numa diferença entre a possibilidade concreta de predação (sinal de alteridade não-humana) e a transformação dessa possibilidade concreta em uma afinidade virtual (sinal de humanidade). “A humanidade”, explicita Viveiros de Castro, “é a posição do congênere, o modo reflexivo do coletivo”; ela é “derivada em relação às posições primárias de predador ou presa”, uma “suspensão deliberada, socialmente produzida, de uma diferença predatória dada”, uma “estabilização intensiva da predação, seu inacabamento deliberado” (: 47-48).

O ponto de vista do sujeito é humano, pois distingue, dentre as agências predatórias do mundo, um conjunto no qual a predação pode se tornar outra coisa. O importante aqui parece ser que esta outra coisa não é uma eliminação da predação, mas sim a sua “estabilização intensiva”, “seu inacabamento deliberado”, i.e., a sua manutenção em estado latente, permanentemente vindo a ser, nunca se concretizando, mas também nunca realmente abstraída. Uma metafísica canibal é uma ontologia relacional, pois concebe uma existência baseada numa disparidade de perspectivas, uma relação entre duas outras relações, e portanto uma relação equívoca, em “desequilíbrio dinâmico” (: 249).

Antropologia não antropocêntrica?

MC é um livro de antropologia, desde que entendamos a antropologia, como propõe logo de início o seu autor, Eduardo Viveiros de Castro, como um “exercício”, ou uma “teoria-prática”, de “descolonização permanente do pensamento” (: 20, 32). Síntese consolidada (e lapidada ao extremo) de algumas das principais contribuições do autor para o campo das ciências sociais, e da antropologia em particular, MC evidencia cabalmente o impacto internacional da obra de Viveiros de Castro, não apenas por sua trajetória de publicação – publicado originalmente em francês e já traduzido para espanhol e inglês (respectivamente, Viveiros de Castro (2009, 2010, 2014)), o livro só foi publicado em seu idioma original seis anos depois¹ –, mas principalmente por sua efetiva participação num esforço mais amplo de teoria e prática antropológica, ao lado de nomes como Claude Lévi-Strauss, Roy Wagner, Marilyn Strathern, Bruno Latour, Philippe Descola e Tim Ingold.

1 A edição em português não inclui tradutores na ficha técnica, mas uma “Nota da edição” esclarece que “Isabela Sanches cotejou e restaurou trechos originais em português, Célia Euvaldo traduziu os acréscimos, e o texto final foi inteiramente revisto pelo autor” (: 9).

Não é apenas como inspiração teórica, mas também como interlocutores, que Viveiros de Castro apresenta justamente esses nomes como seus coautores em um livro virtual, destinado a refundar a antropologia, intitulado *O Anti-Narciso (AN)* – do qual, aliás, MC não passaria de “uma sinopse” (: 19).

Por outro lado, MC é também, e igualmente, um livro de filosofia – desde que entendamos a filosofia, como propõem Gilles Deleuze e Félix Guattari (2000: 10), como “a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos”. Com efeito, se é com antropólogos que Viveiros de Castro vem virtualmente dividindo a autoria de AN, é sobretudo a filosofia da diferença de Deleuze e Guattari (para quem AN seria declaradamente uma homenagem, cf. : 19) que, do primeiro ao último parágrafo do livro, dá o tom, a intensidade, colocando os dualismos estruturalistas e o corpus etnográfico ameríndio em movimento, produzindo devir. Viveiros de Castro opera uma descolonização do pensamento adotando uma maneira específica de formar, inventar, fabricar conceitos, radicada na “relação de relações” antropólogo-nativo, como no rephraseamento cuidadoso da “vigorosa” definição ingoldiana de antropologia: “Uma filosofia com outra gente e outros povos dentro” (: 224).

Antropologia por tratar de uma metafísica ameríndia (com abundância de referências do campo da etnologia e da antropologia), filosofia por tratar de uma metafísica ameríndia (traduzida pelo universo filosófico de Deleuze e Guattari), filosófico por ser antropológico e vice-versa, o fato é que MC é um livro fundamental para qualquer um interessado em pensar seriamente, e simetricamente, a existência humana em sua multiplicidade, em seu devir. Como disse Viveiros de Castro sobre a “pressuposição antropomórfica do mundo indígena”: “ali onde toda coisa é humana, o humano é ‘toda uma outra coisa’” (: 54).

Referências

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 2000. *O que é a filosofia?* (Tradução de Bento Prado Jr. & Alberto A. Muñoz). Rio de Janeiro: Ed. 34. [1991].
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. 2002. “O nativo relativo”. *Mana*, 8(1):113-148.
- _____. 2009. *Métaphysiques cannibales: lignes d’anthropologie post-structurale* (Tradução de Oiara Bonilla). Paris: PUF.
- _____. 2010. *Metafísicas canibais: líneas de antropología postestructural* (Tradução de Stella Mastrangelo). Buenos Aires: Katz.
- _____. 2014. *Cannibal metaphysics: for a post-structural anthropology* (Tradução de Peter Skafish). Minneapolis: Univocal.

Recebido em 16 set. 2015.

Aceito em 9 nov. 2015.